LEI MUNICIPAL — CONSTITUIÇÃO FEDERAL — CONTROLE DE
CONSTITUCIONALIDADE

— *Não cabe exame concentrado de constitucionalidade de lei municipal em face da Constituição Federal.*

— *O único controle de lei ou ato normativo municipal em face da Constituição Federal é o controle difuso de constitucionalidade.*

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
Ação Direta de Inconstitucionalidade n. 2.164

Requerente: Partido Progressista Brasileiro — PPB

Requerido: Prefeito do Município de Campinas

Relator: Sr. Ministro CELSO DE MELLO

EMENTA: CONTROLE ABSTRATO DE CONSTITUCIONALIDADE. AÇÃO DIRETA. IMPOSSIBILIDADE JURÍDICA DE FISCALIZAÇÃO NORMATIVA ABSTRATA DE LEI MUNICIPAL CONTESTADA EM FACE DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. AÇÃO DIRETA DE QUE NÃO SE CONHECE.

— O sistema constitucional brasileiro *não* permite o controle normativo *abstrato* de leis *municipais*, quando contestadas em face da Constituição Federal. A fiscalização de cons-

titucionalidade das leis e atos municipais, nos casos em que estes venham a ser questionados *em face da Carta da República*, somente se legitima em sede de controle *incidental* (método difuso). Desse modo, *inexiste*, no ordenamento positivo brasileiro, a ação direta de inconstitucionalidade de *lei municipal*, quando impugnada *in abstracto* em face da Constituição *Federal*. Doutrina. *Precedentes* do Supremo Tribunal Federal.

DECISÃO: O Partido Progressista Brasileiro (PPB) ajuíza a presente ação direta de in-

constitucionalidade, *impugnando* a Lei Complementar nº 6.396, de 06 de março de 1991, que, editada pelo Município de Campinas/SP *define* as infrações político-administrativas do Prefeito Municipal e estipula normas procedimentais para o seu julgamento pela Câmara de Vereadores.

Devo registrar *desde logo*, que *ocorre*, no caso ora em exame, uma insuperável *questão preliminar*, cuja análise evidencia a *ausência*, na espécie, de *uma* das condições essenciais da ação direta de inconstitucionalidade.

Com efeito, este processo de fiscalização normativa abstrata *não* se revela viável ante a *impossibilidade jurídica* de promover-se, perante o Supremo Tribunal Federal, o controle concentrado de constitucionalidade de *lei municipal* contestada em face da Constituição da República.

Na realidade, *não* se mostra juridicamente possível, no sistema institucional brasileiro, a instauração do processo de fiscalização normativa abstrata de *lei municipal* questionada em face da Constituição Federal.

Isso significa, portanto, que o Supremo Tribunal Federal não dispõe de competência originária, para, *em sede de controle normativo abstrato*, efetuar a fiscalização concentrada de constitucionalidade de *leis municipais* contestadas em face da Constituição da República.

É por essa razão que a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal — apoiando-se em *autorizado* magistério doutrinário (ALEXANDRE DE MORAES, “Direito Constitucional”, p. 581-582, 7ª ed., 2000, Atlas; CELSO RIBEIRO BASTOS/IVES GANDRA MARTINS “Comentários à Constituição do Brasil” vol. 4º, tomo III/148 e 512, 1997, Saraiva; CLÈMERSON MERLIN CLÈVE, “A Fiscalização Abstrata de Constitucionalidade no Direito Brasileiro” p. 132, 1995, RT; ZENO VELOSO, “Controle Jurisdicional de Constitucionalidade”; p. 386, item nº 351, 1999, Cejup; JOSÉ NILO DE CASTRO, “Direito Municipal Positivo”, p. 322-323, item nº 5, 3ª ed., 1996, Del Rey, v.g.) — *tem advertido* que *não se inclui*

na esfera de competência da Suprema Corte o poder de efetuar, em sede originária, a fiscalização normativa abstrata de *leis municipais* em face da Constituição da República (RTJ 102/49 — RTJ 124/612 — RTJ 127/394 — RTJ 135/12, v.g.):

“O nosso sistema constitucional ‘não admite’ o controle concentrado de constitucionalidade de lei ou ato normativo ‘municipal’ em face da Constituição Federal, ‘nem mesmo perante o Supremo Tribunal Federal,’ que tem, como competência precípua, a sua guarda, art. 102.

O ‘único’ controle de constitucionalidade de lei e de ato normativo municipal em face da Constituição Federal que se admite é o difuso, exercido ‘incidenter tantum’, por todos os órgãos do Poder Judiciário, quando do julgamento de cada caso concreto.”

(RTJ 164/832, Rel. Min. PAULO BROSARD — grifei)

“O sistema constitucional brasileiro ‘não permite’ o controle normativo ‘abstrato’ de leis ‘municipais’ quando contestadas em face da ‘Constituição Federal’. A fiscalização de constitucionalidade das leis e atos municipais, nos casos em que estes venham a ser questionados ‘em face da Carta da República’ somente se legitima em sede de controle ‘incidental’ (método difuso). Desse modo, ‘inexiste’, no ordenamento positivo brasileiro, a ação direta de inconstitucionalidade ‘de lei municipal’, quando impugnada ‘in abstracto’ e face da Constituição Federal. Doutrina. ‘Precedentes’ do Supremo Tribunal Federal.”

(ADI 2.141-ES Rel. Min. CELSO DE MELLO)

Sendo assim, e tendo em consideração as razões expostas, *não conheço* da presente ação direta, restando *prejudicada*, em consequência a apreciação do pedido de medida cautelar.

Arquivem-se os presentes autos.

Publique-se.

Brasília, 08 de março de 2000.

Ministro CELSO DE MELLO, Relator